

O SENTIDO, A CRISE E OS DESAFIOS DO TRABALHO NA SOCIEDADE MODERNA E SUA REPARAÇÃO NO CAMPO DA ECONOMIA SOLIDÁRIA.

Sônia Marise Salles Carvalho
smarises@yahoo.com.br

Faculdade de Educação da Universidade de Brasília
GT5: sociedade civil e políticas públicas

Resumo

Nossa reflexão é associarmos a crise da sociedade salarial à crise social por causa da interferência que proporcionou nas relações sociais e de trabalho com a predominância da competição em relação à cooperação, do capital em detrimento do trabalho, do individualismo negativo ao positivo, do intercâmbio em detrimento da reciprocidade e, fundamentalmente, do valor da troca mais valorizado que o valor do vínculo social. Perguntamos por que a sociedade constituiu-se dessa forma e qual a dinâmica social que tem ocorrido, mediante a situação de risco de fratura do tecido social. Postulamos que o trabalho, materializado pelo contrato assalariado na sociedade capitalista, tem sido o elemento integrador e ao mesmo tempo desintegrador dos vínculos sociais manifestados por múltiplas dimensões na vida do trabalhador (a), que vai do campo objetivo ao subjetivo, em escala micro e macro social. Apresentamos a Economia Solidária como proposta de uma política pública de recuperação do sentido do trabalho na sua perspectiva integradora, invocando a autogestão, a solidariedade e a manutenção do vínculo social.

Palavras - chaves: trabalho, sociedade, economia solidária.

1. O Sentido do Trabalho na Sociologia

Para os sociólogos do trabalho a centralidade do trabalho é determinante na vida social, porque a atividade laboral representa: i) principal fonte de renda da população, ii) reconhecimento social iii) identidade individual e coletiva, iv) pertencimento ao meio comunitário, v) manutenção dos vínculos sociais.

A ausência do “direito ao trabalho” e a ausência do “direito do trabalho” provocam a crise dos vínculos sociais, na medida em que, sem reconhecimento e identidade, os atores sociais se encontram em situação de vulnerabilidade e sem proteção social, que somente são garantidas mediante a inserção nos ditames do contrato assalariado.

Quando afirmamos ser o trabalho o centro na vida das pessoas, partimos do princípio marxiano de que é por meio do trabalho que o homem torna-se um ser social. Assim, o trabalho é compreendido como momento decisivo na relação do homem com a natureza, pois ele modifica a sua própria natureza ao atuar sobre a natureza externa quando executa o ato de produção e de reprodução.

Nas palavras de Marx:

O processo de trabalho, que descrevemos em seus elementos simples e abstratos, é atividade dirigida com o fim de criar valores-de-uso, de apropriar os elementos naturais às necessidades humanas; é condição necessária do intercâmbio material entre o homem e a natureza; é condição natural eterna da vida humana. (Marx, 1989b, p. 147).

Na concepção marxiana, o trabalho significa uma atividade laboral ativa, autodeterminada e dotada de sentido, onde se constitui uma fonte de experiência que ocupa parte importante do espaço e do tempo em que se desenvolve a vida humana contemporânea.

Assim, ele é um meio de satisfação das necessidades básicas, fonte de identificação e de autoestima e de desenvolvimento das potencialidades humanas. Podemos considerar o trabalho e a profissão como atributos de identidade social.

No capitalismo, o trabalho é fonte de humanização e de alienação, pois o trabalhador, na condição de mercadoria, produz riqueza na razão inversa de sua miséria, pois:

O trabalhador se torna tão mais pobre quanto mais riqueza produz, quanto mais a sua produção aumenta em poder e extensão. O trabalhador se torna uma mercadoria tão mais barata quanto mais mercadoria cria. Com a valorização do mundo das coisas aumenta em proporção direta a desvalorização do mundo dos homens. O trabalho não produz só mercadorias; produz a si mesmo e ao trabalhador como uma mercadoria e isto na proporção em que produz mercadorias em geral. (Marx, 1989b, p. 148).

O produto do trabalho não pertence ao trabalhador, mas aparece como algo estranho onde “o trabalhador coloca a sua vida no objeto; mas agora ela não pertence mais a ele, mas sim ao objeto”, (Marx, 1989b, p. 150). Assim a relação social entre os homens aparece como uma relação entre coisas, ocasionando o controle do capital sobre o trabalho.

Ao longo de todo o desenvolvimento do processo de trabalho no capitalismo, o trabalhador perde o controle sobre o processo produtivo e sobre seu próprio trabalho, onde o avanço tecnológico, por meio da ciência e da técnica, não conseguiu resolver o problema da apropriação desigual da produção da riqueza humana.

Nos anos 70 e 80, dado a globalização do mercado, ocorre um cenário de competição entre as empresas, pela mercadoria de menor preço e variabilidade, maior qualidade dos produtos e serviços, redução dos custos de produção e modificações de ordem organizacional, que repercutiram negativamente nas relações e condições de trabalho.

Essa reestruturação produtiva levou a uma profunda precarização e controle do trabalho, devido à mão de obra excedente, com maior número de desempregados, exigência de um trabalhador qualificado e multiprofissional, com sobretrabalho e enfraquecimento do poder sindical, que não conseguiu se impor sobre os regimes e contratos de trabalho mais flexíveis. (Harvey, 1993, p. 143)

As relações antagônicas entre o capital e o trabalho se afirmam no século XX e no século XXI, e os sindicatos não têm conseguido acabar ou mesmo diminuir a precarização do trabalho. Esse pensamento foi também afirmado por Antunes (1997), que mostra um sindicato configurado por um sindicalismo de negociação, mais aproximado dos interesses do capital e do mercado do que de um ideário socialista.

O modelo atual de organização da produção no capitalismo causou a flexibilização do trabalho e o caracterizou pela dissociação entre o pensar e o fazer, pela fragmentação e sobrecarga das atividades laborais.

Esse momento histórico parece revelar uma nova reorganização do capitalismo, engendrado pelo mercado, que não consegue responder às demandas dos movimentos sociais. Essa condição real expressa a necessidade da recuperação do trabalho emancipado, isto é, resgatar a alma humana do capital, conforme sugere Arruda (2003).

As transformações no mundo do trabalho, pelo movimento da reestruturação produtiva e tecnológica, aprofundaram o descompasso entre a produção social de riqueza e a sua redistribuição, cujo maior impacto tem sido o aumento da desigualdade social, com um número crescente de excluídos, desfiliaados e desassalariados do sistema capitalista.

Vimos assistindo, mais intensamente no início do novo milênio, o aprofundamento entre o aumento da riqueza e a miserabilidade social, em escala mundial e nacional, levando os trabalhadores (as) à busca de proteção social, por meio de outras formas de trabalhar e sustentar suas famílias.

Nesse sentido reforçamos o pensamento de Castell (2003) em relação à representação do trabalho como estatuto do lugar dos atores na sociedade e, quando negado, priva a proteção e o reconhecimento, retirando o suporte da construção dos vínculos e reforçando a construção da individualidade negativa. Há uma relação intrínseca entre trabalho e salário, de modo que o vetor da crise social pode ser dimensionado pela mediação entre eles.

Os estudos desse autor contribuíram para um melhor entendimento das transformações ocorridas no mundo do trabalho, pelo viés da sociologia histórica, relacionando o trabalho ao salário, no sentido de identificar a natureza dos vínculos sociais, mediadas pelas relações salariais e sociais. Suas reflexões colocam o trabalho como o vetor da crise social, mas também, como a possibilidade de integração social.

Parece-nos que o acirramento do conflito entre o capital e o trabalho ainda é o elemento explicativo para o drama social no início deste século, porque a despolitização do trabalho, mediante o processo de reestruturação produtiva, nos faz crer que a capacidade de associação dos trabalhadores (as) não pode ser realizada fora da esfera produtiva e que contém elementos suficientes para intervir e modificar essas relações sociais sob outra lógica.

Postulamos a aproximação entre a crise do mundo do trabalho e a crise social e apontamos que as contradições que o sistema capitalista apresenta, ao lidar com diferentes

racionalidades e a impor uma única perspectiva de interação social, negada pela própria história das relações sociais, para manter a sociedade sob o controle do econômico.

A leitura do social nos leva à conexão entre a situação econômica, o nível de proteção social e os modos de ação do Estado Social na sociedade capitalista. A contribuição da análise sociológica sobre a sociedade do salário nos levou a considerar que as relações entre o econômico, o político e o social podem permitir uma análise importante sobre o modo de garantir a solidariedade democrática.

Segundo Castell (2003) estamos diante de sociedades que hoje organizaram as suas economias desvinculadas da dimensão social, onde somente as relações utilitárias são valorizadas na troca, colocando em risco a manutenção dos vínculos sociais. O resultado tem sido a geração de condições insuficientes para a integração social.

Faz-se necessário o reconhecimento de que as relações humanas são assentadas sobre relações utilitárias, cuja racionalidade é o interesse instrumental, e por relações não utilitárias sendo, agora, a racionalidade como o reconhecimento e a aliança.

Nesse sentido, os estudos sociológicos contribuem para esclarecer a relação entre o social e o econômico e as formas que assume a crise civilizatória que estamos vivendo nesse momento histórico.

2. A Crise como Condição da Mudança Social

O liberalismo, no século XIX, foi o princípio organizador da sociedade capitalista, que propunha um mercado de trabalho competitivo e o livre comércio internacional. O que aconteceu foi a necessidade de regulamentação das trocas e da intervenção sobre os mercados, associado à invenção das máquinas, que aumentou a exploração do trabalho humano.

O princípio do liberalismo sujeitou o trabalho às leis do mercado e o separou de outras atividades da vida cotidiana e a liberdade de contrato aprofunda tal perspectiva, porque assegura a regulação do preço da força-de-trabalho e restringe o campo de lutas da classe trabalhadora em uma dimensão meramente econômica.

A abordagem de Polanyi (1980, p. 25) esclarece que:

A busca de proteção social, ainda nos séculos XIX e XX, está ligada ao status profissional, a segurança, a estabilidade do ambiente e a manutenção da forma de vida. Os interesses econômicos são apenas

parte das motivações que afetam as classes sociais diretamente atingidas pelo liberalismo econômico.

As reflexões sobre as transformações do mundo econômico mostram que a busca natural de proteção social esteve associada às ameaças que o homem e a natureza tiveram ao transformarem em mercadorias a força-de-trabalho e a terra, com sujeição aos princípios do mercado capitalista. O dinheiro deixa de ser um meio de pagamento, com caráter essencialmente econômico e se torna um meio de troca útil com um fim em si mesmo.

Esse autor reforça a idéia de que:

A sociedade consistia em permutadores individuais que possuíam um conjunto de mercadorias-bens, terra e trabalho e seus compostos. O dinheiro era simplesmente uma das mercadorias, permutado com mais frequência que outras e, portanto, adquirida com a finalidade de uso de troca. (Polanyi, 1980, p.26)

Quando a economia de mercado separa da esfera econômica os elementos da produção - terra, trabalho e dinheiro - explica Polanyi, houve a necessidade do intervencionismo, pois o mercado auto regulável não assegurou o equilíbrio de trocas e provocou tensões que se transformaram em forças de ruptura. Os sintomas foram o declínio da produção, do emprego, dos rendimentos e da queda das exportações.

O papel do Estado-providência, na sua função de auxiliar o mercado, no controle do crescimento econômico regular, do consumo e das condições de empregabilidade também entra em crise, porque se encontra privado de seus recursos.

O advento do desemprego em massa causou limitações ao trabalhador na sua condição de produtor, consumidor e cidadão. O esforço redistributivo do Estado não reequilibra mais as relações sociais em proveito dos mais explorados pelo sistema capitalista de produção.

Nessa perspectiva, o trabalho permanece como uma mercadoria, regulado pelo preço de mercado, constituindo um status menor em relação à terra, aos bens materiais e ao dinheiro. Torna-se uma mercadoria permanente, que gera valor a todas as outras, mas em constante processo de desvalorização, mediante as necessidades de uma classe social que tem no lucro e no poder de compra os seus maiores valores sociais.

Muitas investigações têm sido realizadas sobre as crises do capitalismo, suas causas, desafios, perspectivas e desdobramentos. Alguns assinalam a globalização da economia num sentido único de pensar o crescimento, outros focalizam as modificações geopolíticas à conversão dos países à economia de mercado, ainda há aqueles que associam o capitalismo às questões de desigualdades, mobilidade e integração social.

Abordaremos a crise como categoria para qualificar a condição social contemporânea que, na concepção de Castoriadis é autoconstituição, e na concepção de Bauman é auto-reprodução e renovação da vida social.

É importante observarmos a crise da sociedade moderna pelo seu sentido objetivo - indicadores quantitativos referentes às relações entre o capital e o trabalho - e as interferências no campo da subjetividade – indicadores de apropriação das normas e valores e a resposta dos níveis de confiança e desconfiança no projeto de sociedade proposta pelo momento histórico atual.

Destacamos as condições entre a tradição e a mudança que a dinâmica da sociedade aponta na sociedade moderna, onde se conjuga a crise econômica, política, social, cultural e epistemológica.

Esse pensamento é destacado por Rosanvallon que associa a crise na sua dimensão econômica e antropológica e afirmam:

“É, ao mesmo tempo uma crise da civilização e uma crise do indivíduo”. Simultaneamente deixam de funcionar as instituições de instauração do laço social e da solidariedade (a crise do Estado-providencia), as formas de relação entre a economia e a sociedade (a crise do trabalho) e os modos de constituição das identidades individuais e coletivas (a crise do sujeito). (Rosanvallon, 1981, p. 44)

Essa reflexão nos remete a considerar a sociedade, o indivíduo, a economia, o político e o social como categorias indissocialmente imbricadas e interdependentes.

Compreendemos que há uma diferença entre sociedade e capitalismo, onde o a sociedade comporta múltiplos espaços econômicos (economia informal, comunitária, autônoma, industrial), e capilariza sociabilidades alternativas, que mantém a dinâmica social num processo constante de busca de sua coesão social e o capitalismo focaliza um único sentido da sociedade, que se expressa pela lógica econômica ou pela mercantilização das relações sociais.

Os estudos das relações entre os polos constitutivos da vida social - Mercado, Estado e Sociedade Civil - podem permitir uma melhor compreensão das transformações nas quais as sociedades modernas estão vivendo, porque traduzem as racionalidades que as determinam, os desafios para a manutenção de uma “sociedade de mercado” e os conflitos que enfrentam na busca de um equilíbrio entre o capital e o trabalho.

Portanto, as formas de interações entre o econômico, o social e o político em uma dada sociedade pode ser o suporte da natureza das relações e das condições reais para que a democracia venha a se constituir como valor e como procedimento.

Nesse sentido, verificamos que o mercado busca assumir a condição de guardião do capitalismo, da identidade individual e coletiva dos membros de uma sociedade, da liberdade de escolha e das propriedades privadas.

O Estado se revela pela condição de protetor da força-de-trabalho, fiscalizador do contrato social estabelecido pelo mercado de trabalho e mantenedor da convivência entre o capital e o trabalho para assegurar um mínimo de coesão social. A sociedade civil toma acento de guardiã da moralidade e de toda responsabilidade pelo dever histórico.

Contudo, devemos estar atentos às formas como os princípios que regem esses espaços sociais da vida humana - o princípio do Mercado, do Estado e da Sociedade - estão relacionados entre si, porque qualquer absolutização de algum deles pode ocasionar uma atitude contrária ao pressuposto democrático da ação.

Para Lisboa (2003), o que rege o social não pode estar caracterizado por uma estatização, ou mercantilização ou comunitarização. O que existe é uma mescla de princípios e racionalidades, que coexistem nas relações sociais cotidianas e que vão se constituindo na organização do social.

Essa perspectiva nos leva a perceber que as sociedades modernas capitalistas impuseram um processo de autonomização da economia, um recuo do papel do Estado como mediador e propulsor do desenvolvimento, e manteve a sociedade civil sob controle, para evitar mobilizações e reivindicações que viessem a contrariar o padrão acumulativo do capital, no sistema capitalista.

Nesse sentido, propusemos destacar o significado dessa crise numa perspectiva relacional, compreendê-la como possibilidade de lidar com os novos e os velhos valores e as formas de vivenciá-los numa outra proposta de sociedade, de economia e de relações de trabalho.

Postulamos que o resgate da cultura, na sua forma de apropriação dos valores e normas de convivência social, tanto pode reforçar a confiança no mercado ou deslocá-la para uma governança integrada entre as instâncias do social.

Compreender em que condições essas possibilidades acontecem faz parte de nossa análise do social. Destacamos uma crise civilizatória, que pode nos levar a uma ruptura com o atual modelo de racionalidade da ação social e nos ajuda a identificar as condições sócio-históricas, que motivaram diferentes setores da sociedade civil a destacar novas racionalidades no agir econômico e a buscar novas formas de organização da produção e do trabalho.

3. A Crise do Mundo do Trabalho no Século XXI

O século XXI se inicia como um vigoroso tempo de sínteses em relação às contradições geradas pelo sistema capitalista, na base de sua produção social. O trabalho permanece como gerador da riqueza humana, mediador da transformação do dinheiro em capital, o cerne da riqueza material e, no entanto, sofre uma intensa depreciação, mesmo que se necessite dele para manter a lei do valor. Torna-se ao mesmo tempo fonte de libertação e de alienação.

O fetiche da mercadoria se impõe, mais uma vez, retirando os homens do processo produtivo e cedendo lugar à ciência e à técnica, que aparecem como responsáveis pela criação de dinheiro pelo dinheiro e geradoras de capital.

Há a ilusão de que esses elementos possuem atributo próprio de produzir dinheiro desvinculado da exploração da força-de-trabalho, como se fosse possível produzir riqueza sem o trabalho humano. Esse paradoxo é reforçado pelo processo de reestruturação produtiva, que promove o sobretrabalho, ao mesmo tempo a falta dele, gerando a precarização da vida em suas diferentes dimensões.

A crise do sistema capitalista na modernidade se manifesta quando esse sistema de produção “não consegue mais manter a regulação do mercado de preços e o controle político e econômico da força-de-trabalho, para garantir a rentabilidade de valor na produção”. (Barbosa, 2007)

Esse fato aprofundou-se na virada do século XX para o XXI, quando ocorreu a propulsão do crescimento em escala mundial do desemprego, apesar de todo o desenvolvimento científico e tecnológico e das importantes inovações ocorridas na base técnica dos processos produtivos.

As novas transformações no mundo do trabalho estiveram associadas aos processos de trabalho com a finalidade de intensificar a acumulação do capital, projetada por modelos de racionalização capitalista, por protótipos de produção Tayloristas e Fordistas¹, que começaram a dar sinais de esgotamento nos anos 70. Nesse período, o papel do Estado era de intervir no mercado para assegurar o padrão da produção e a garantir a reprodução da força-de-trabalho para tal intento.

O processo de globalização, a crise do Estado, a queda dos ganhos de produção, a flexibilização do capital e a concorrência internacional, promoveram a passagem do modelo Fordista para o modelo Toyloirista, porque havia a necessidade de adaptações às novas exigências do padrão acumulativo do capital.

Nesse momento histórico ocorre a implementação do programa neoliberal, com medidas importantes para manter o processo acumulativo do capital, que se tornou a referência das diretrizes econômicas dos países de capitalismo avançado.

As principais características dessas diretrizes foram: redução do papel do Estado nas políticas sociais; fortalecimento da liberdade do mercado; privatização de instituições; extinção do capital produtivo; desregulação das relações de trabalho; flexibilização dos direitos sociais; e enfraquecimento dos movimentos sociais.

Uma das medidas mais comprometedoras dessa política foi a resignificação do papel do Estado, pois não mais se responsabilizava pelos bens e serviços sociais públicos, mas intensificava a sua atuação no financiamento do capital.

Esse processo foi agravado pela globalização do capitalismo e a desterritorialização do capital, ocasionando a centralização do capital e a internacionalização da mais-valia, da força-de-trabalho e do controle do capital.

A “classe-que-vive-do-trabalho”, no dizer de Antunes (1993, p.15), sofreu os impactos desse processo e, a partir da década de 90, está assistindo a outra reorganização do processo produtivo, focada na qualidade total, com maior responsabilidade do trabalhador e menor autonomia de trabalho. A reestruturação produtiva se impôs, mediante

¹ O Taylorismo se caracterizou pela racionalização científica do trabalho apresentando como princípios: a) dissociação dos processo de produção pela especificação das atividades dos trabalhadores(as); b) separação do trabalho de concepção e execução; c) utilização do conhecimento de concepção para controlar cada fase da produção e o seu modo de execução; e d) a gerência passa a controlar os modos e tempos da produção, rendimentos da força-de-trabalho, estabelecendo uma estrutura hierárquica entre a gerência e os trabalhadores. O Fordismo implantou a linha de montagem acoplada a esteira rolante, obtendo a produção de mercadorias padronizadas em massa, implementando um processo contínuo de produção, agregando a produtividade ao consumo, mantendo a separação entre execução e concepção (Goerck, 2006).

aos novos processos tecnológicos, desempregando um número significativo de trabalhadores (as).

A falta de trabalho, circunscrita ao emprego, aproximou a crise econômica à crise social, porque a perda do trabalho significa a perda da identidade, pois a ancoragem da identidade está no trabalho e sua falta impacta o projeto de vida das pessoas em suas relações sociais e em sua dimensão pessoal.

O trabalho simboliza a perspectiva de mobilidade social, capacidade de compra das mercadorias e da garantia da sobrevivência e que, uma vez negado, retira dos indivíduos as condições de reprodução da própria vida pessoal e societal. Estabelece-se a desconexão das unidades de pertencimento do sujeito.

A premissa do destaque do contrato salarial contribuiu para a crise social, aprofundada no século XXI, porque a ausência do salário significa uma condição de desemprego como uma desfiliação de tudo que ele representa: *status*, identidade, sobrevivência, liberdade, obrigação, poder e alianças.

As evidências empíricas projetadas pela trajetória de vida de grupos populares nos permitiram reconhecer o drama social vivido pelas famílias sem renda ou com renda insuficiente para reprodução da própria vida, o que os levou à fragilização dos vínculos sociais nas relações comunitárias, familiares ou nos círculos de proximidade.

Nesse sentido, a falta de proteção à vida societária fragiliza os laços sociais e fundamentalmente os laços comunitários, podendo levar à insegurança psíquica, na medida em que o trabalho, sendo uma referência econômica, psicológica, cultural e simbólica, a sua ausência compromete a dignidade social do indivíduo.

A dignidade está ligada a participação dos indivíduos na produção da sociedade e na utilidade social de seu trabalho, reconhecida pela coletividade. Quando isso não acontece há a desestabilização do indivíduo, devido à impossibilidade de reprodução social da própria existência.

Mediante a crise do mundo do trabalho, as políticas sociais criadas para permitir a integração social não conseguiram resolver o impasse entre a exclusão e a pobreza, e buscaram alternativas de sobrevivência pela “sociedade por conta própria” no trabalho informal.

Essa perspectiva de ação esteve imbuída por uma política pública para a geração de renda e de trabalho, focada na qualificação e no “pequeno negócio”. A cultura vigente era de que o auto emprego permitiria a mobilidade social (Barbosa, 2007).

O pensamento dominante era de que os trabalhadores (as) deviam se qualificar para novos postos de trabalho e a solução seria, então, a profissionalização da força-de-trabalho, como se o sistema capitalista fosse capaz de gerar empregabilidade plena e de proporcionar a proteção social.

No entanto, vimos que a readequação da força-de-trabalho a um mercado assalariado mais competitivo exigia do desempregado condições mínimas de inserção às políticas públicas de emprego (níveis maiores de escolarização, tipologia de aparência física, novos saberes técnicos). Adquirir essas condições estava, a priori, negado, dadas as condições sociais precárias que se encontravam, pela falta de dinheiro para financiar as despesas mínimas como, por exemplo, o deslocamento para a realização de estudos e cursos técnicos.

A ausência do “direito ao trabalho” e “direito do trabalho” aprofundou as crises sociais, que não se resolveu pela idéia da ampliação da capacidade competitiva dos indivíduos e acabou por comprometer os laços sociais comunitários. Havia uma associação entre a perda da capacidade de compra de bens materiais com a retirada dos direitos trabalhistas e, a ausência dos direitos sociais das pessoas desempregadas, comprometendo a autoestima e os círculos de proximidade.

Nesse contexto, acirra a subordinação do Estado e da sociedade civil ao mercado, desencadeando a despolitização e a naturalização da questão econômica e a autonomização do social, aprofundando a desocupação, a não qualidade do emprego e a desproteção social, inferindo a uma cultura do auto-emprego, numa perspectiva voluntarista do trabalho.

As políticas públicas sociais com aporte nessa ideologia, pautadas pela racionalidade instrumental e pela credibilidade no mercado assalariado empregador, se mostraram insuficientes ou mesmo equivocadas e como afirma Girard (2003). Anteriormente ocorriam mais políticas de combate à pobreza do que propriamente à integração ao mundo do trabalho. Não se reconhecia a fragmentação e a heterogeneidade do trabalho, em variadas atividades informalizadas, e sua potencialidade para conferir novo estatuto social às práticas econômicas.

Ao tratar da questão social vinculada ao estudo das atividades laborativas de grupos sociais, excluídos do mercado assalariado, foi oportuno para observarmos o campo de mudanças operadas no modo de conceber a vida e de estabelecer a convivência social, num contexto histórico marcado pela crise dos limites da extração do sobretrabalho, provocando a diluição dos níveis de coesão social da coletividade.

Nesse sentido, recorreremos a Laville (2004), na sua proposição de que a economia representa as interdependências entre os seres humanos e os meios naturais necessários à sobrevivência, onde a Economia Solidária é um espaço de possibilidades de trocas, vínculos e laços sociais, que pode permitir a mudança do sentido da organização coletiva, ressignificando a relação entre a sociedade e o indivíduo.

A partir da crise evidencia-se a relação entre a precariedade econômica e a instabilidade social, materializada pelo percurso que vai da dissociação, passa pela desqualificação até a invalidação social (Castell, 2003).

3. A Economia Solidária no Brasil como resposta à crise do Mundo do Trabalho

Historicamente vimos assistindo no Brasil o processo de desfiliação dos trabalhadores e a precarização do emprego ocasionando a construção de zonas de vulnerabilidade, com riscos à manutenção dos vínculos sociais, contudo, impulsionou também as mudanças nas relações sociais, desdobrando-se em novas formas de sociabilidade.

Destacamos seis significações importantes às experiências no mundo do trabalho no Brasil, dentre outras:

- 1) uma taxa expressiva de distribuição desigual de renda, aprofundando a desigualdade social no país;
- 2) afirmação do conflito entre produção e redistribuição da riqueza social; negando a cidadania;
- 3) reveladora do índice de eficácia das políticas sociais em relação à questão da inserção social;
- 4) avaliadora do padrão de solidariedade que orientam as relações sociais;
- 5) indicadora do grau de institucionalidade da justiça social; e.
- 6) aponta o grau de potencialidade de transformação social.

Esse conjunto de indicativos, se integrados, nos proporciona um quadro avaliativo importante para estabelecermos em que condições sócio-econômicas têm ocorrido a consolidação do campo da Economia Solidária no país.

Compreendemos a Economia Solidária como uma política de vida de um do conjunto de trabalhadores (as) no país, que se encontram alijados do sistema capitalista e negados em sua cidadania. A busca de alternativas de produção e reprodução da vida revela a situação concreta da crise contemporânea do mundo do trabalho, que se ampliou para

todas as dimensões da vida social, revelando os riscos da fratura social, pela impossibilidade de manutenção dos vínculos sociais.

O contexto precário das condições de vida revela a necessidade da revitalização de uma economia, que pode ser o elemento ativador de novos vínculos sociais, onde as relações de trabalho e as relações sociais sejam mediadas pela subordinação dos interesses materiais na constituição de reciprocidades e de alianças, fundamentais para o construto do social.

Nesse sentido, nos debruçamos sobre a compreensão do estatuto que a Economia Solidária possa ter adquirido, nesse século, com o processo de rupturas da vida, onde o tecido social está comprometido, seja pela generalização do assalariamento, pela desarticulação das dimensões da vida cotidiana ou pelas políticas sociais com propostas de integrações subordinadas ao capital.

As trajetórias de vida e de trabalho dos setores da sociedade civil nos proporcionaram reflexões importantes, que mudaram o nosso entendimento sobre as conexões entre a teoria e a prática, pela insuficiência das explicações das crises do século XXI, pelas teorias afirmadas no campo científico pela ciência moderna.

Assim sendo, o princípio da Economia Solidária na proposta de outra economia equivale a negar: 1) a sobredeterminação da esfera econômica sobre a sociedade em geral; 2) a representação do mercado apenas como um articulador entre oferta e demanda; e 3) a identificação de uma organização com prioridade exclusiva pelo interesse material individual.

A proposta de que “outro mundo é possível” está vinculada à ampliação da noção de economia, destacando valores que aprimoram o sentimento de pertencimento a um grupo social com necessidades próprias, que produz, consome e trabalha de acordo com sua cultura, podendo desenvolver a auto-organização coletiva, as trocas voluntárias entre cidadãos livres e reivindicações comuns, motivados pelo *déficit* de cidadania que os unem.

Essa compreensão da noção de economia permite associá-la ao conceito de solidariedade democrática, que advém da necessidade da ajuda mútua e de reivindicações comuns e coletivas contra as desigualdades de acesso à distribuição da riqueza.

O Estado se torna o elemento responsável pela dinâmica sócio-política da sociedade, porque os poderes públicos tornam-se uma das expressões da reciprocidade, pela obrigação que lhes é conferida na redistribuição da riqueza social de forma mais equitativa e na instauração de direitos, previamente reconhecidos.

Essa perspectiva de análise da economia, encontrada nas práticas e reflexões do campo da Economia Solidária, contribuiu para reconhecer e revitalizar as diferentes motivações do agir econômico dos grupos populares, alicerçados na chamada economia plural.

A economia, como tipo-ideal, é um lugar determinante, enraizada à vida social, caracterizada pela autoprodução e por relações sociais de natureza coletiva, voltada para as necessidades reais do consumo local.

A sujeição aos princípios do mercado capitalista significa limitar a ação dos indivíduos às motivações econômicas e aos interesses monetários, mas a história econômica tem revelado que o agir do homem não é somente econômico, mas motivado por questões sociais e psicológicas. As coisas que circulam ganham atributos e representações na hierarquia social do grupo de convivência comunitária e societária.

Na verdade, a lógica econômica caracteriza-se por diferentes princípios do comportamento econômico, incluindo relações de confiança e de reciprocidade como fatores decisivos para as relações sociais de troca.

Essa evidência aponta o mercado como um lugar onde se realizam as trocas econômicas, embasadas por relações sociais, culturais e políticas e que o coloca como uma estrutura social definida por interações sociais, em contextos específicos e princípios diferenciados de ações.

Na Sociologia o mercado significa o lugar onde se realizam trocas de “coisas, produtos e símbolos”. Ocorrem relações de competição e de colaboração, relações interpessoais concretas, com significados pessoais e coletivos, ações racionais e emocionais, lutas pelo compartilhamento do poder e realização da concertação democrática, em meio à democracia formal.

Esses fatores combinados legitimam o campo das trocas, dentro e fora do mercado, onde as relações sócio-econômicas são governadas por normas de comportamento e referendadas por práticas concretas dos atores, que participam das relações mercantis e não mercantis.

Afirma Wanderley (2002), que a capacidade competitiva dos mercados está associada a instituições, regras e normas, que são resultados de ações coletivas e de colaboração entre os atores econômicos.

Assim sendo, as análises sobre o mercado estão associadas à questão política, como campo de luta e de negociação e a questão do poder de coesão de grupos sociais. Essa idéia é conjugada pela sociologia econômica, compreendendo que as interações sociais

possibilitam e definem os processos econômicos de produção, distribuição e consumos de bens e serviços.

Os estudos sociológicos do mercado apontam os intercâmbios econômicos como padrões de relações interpessoais concretas, de forma que as estratégias são definidas a partir dos significados coletivos, pautados por uma racionalização econômica e as lutas pelo poder entre instituições premidas pela competição e colaboração.

Assim, as experiências trazidas pelos empreendimentos econômicos solidários no Brasil revitalizam essa abordagem sociológica, compreendendo o mercado como um lugar importante para a constituição de rede de relações sociais, envolvendo nas trocas a amizade, as influências, os favores, a legitimidade e a confiança. Esses elementos interferem nas formas de organizar o trabalho e realizar a produção, porque permite a possibilidade de constituir laços de confiança, ampliando as relações sociais para além da troca mercantil.

As experiências empíricas do trabalho coletivo, na forma de associações e cooperativas, mostram a imersão dos fenômenos econômicos em determinadas relações sociais, associadas às forças materiais e simbólicas em interação. Isto nos convida a perceber o sentido substantivo da palavra economia, relacionando-a a concepção aristotélica como “a noção de ciência da boa gestão da casa (oikós)”, onde essa epistemologia desconstrói o conceito universal de economia apenas circunscrita à troca mercantil.

Os estudos sociológicos da economia partiram da releitura da obra de Karl Polanyi, em três aspectos: 1) faz a crítica da separação entre o social e o econômico; 2) mostra que a história da economia de mercado foi marcada por intensas lutas sociais contra a idéia do “homo economicus”; e 3) compreende o Mercado, o Estado e a Sociedade Civil como categorias do social e em interação permanente.

Na verdade, o controle do sistema econômico pelo mercado significa a sua separação em um *status* diferenciado e privilegiado, exigindo a sua separação da esfera política e social. Essa separação implicou no reconhecimento de que o princípio do ganho e do lucro é a força que organiza a sociedade e que as outras instâncias estão circunscritas aos seus interesses.

Com efeito, as contribuições teóricas de Polanyi, sobre o século XIX, nos permitiram aferir que nos séculos XX e XXI tem havido um esforço em manter a transformação da “economia de mercado” em uma “sociedade de mercado” onde ainda se mantêm o pensamento dominante da supremacia da economia mercantil monetária e da ilusão de um sistema produtivo criador de riquezas, que parece poder assegurar a integração social.

O fato de a sociedade moderna ter circunscrito o campo da economia à economia mercantil significou: 1) determinação da economia monetária sobre a sociedade, causando enorme desordem no modo de vida das populações; 2) retraimento do papel do Estado em seu papel de proteção social, enfraquecendo as bases organizativas da sociedade civil; e 3) afirmação de uma sociedade neoliberal, onde o mercado capitalista tem ascendência sobre o Estado e a sociedade civil organizada.

A Economia Solidária no Brasil colocou em xeque a supremacia do mercado, pelo fato deste considerar o salário como o único elemento integrador e responsável pela coesão social moderna e a “condição do assalariamento” como mantenedor preferencial da proteção social dos trabalhadores (as).

Nesse pressuposto pode-se estabelecer a condição de retorno a uma integração social, mas por meio de alternativas, afirmando o sentido do trabalho, por tudo aquilo que representa e ampliando a sua representação social para a manutenção dos vínculos sociais.

Portanto, partimos do pensamento de que a ES é um fenômeno social total, na concepção de Marcel Maus, porque destaca a crise social como um conjunto de fatores interligados em diferentes dimensões da vida humana. Destaca a possibilidade de interconexão entre os princípios que regem a sociedade civil, o mercado e o Estado, como uma das principais condições do devir democrático, na sociedade de predominância capitalista.

A interação dos três pólos - Mercado, Estado e Sociedade Civil – estão associados às condições objetivas do desenvolvimento social e econômico do país, o que nos assegura aferir que existem muitas motivações que definem o agir econômico e alguns deles podem manifestar as reais possibilidades de integração social das comunidades à justiça social. As experiências no campo da Economia Solidária mostraram que as interações humanas são mediadas por diferentes racionalidades e sociabilidades, permitindo se pensar na possibilidade de estabelecer relações sociais com o Mercado e o Estado sob outro registro do social.

O conjunto das iniciativas coletivas de organização do trabalho e da produção realizadas por setores da sociedade civil destacam os indivíduos que sofreram um processo de exclusão social e um percurso de rupturas progressivas dos vínculos sociais no trabalho e na vida social.

Essas experiências coletivas significaram a busca pelo trabalho emancipado, que compreende o respeito pela aptidão do trabalhador (a), sua realização pessoal vinculada ao reconhecimento de seus pares e utilidade para quem o recebeu, democratização dos ganhos

de produtividade, acesso ao conhecimento, reafirmação da identidade pessoal e coletiva e valorização da vida.

Na realidade, vivemos hoje uma crise de integração pelo trabalho e a Economia Solidária pode significar a perspectiva de ligar a questão do trabalho à da coesão social, e afirmar os vínculos sociais, relevantes para a manutenção da vida social.

Considerações Finais

As teorias neoliberais postulam e legitimam o enriquecimento monetário e contribui na fragmentação do pólo das pessoas e das coisas. Expressa o pólo do interesse e o da equivalência, o cálculo utilitário nas relações de trocas e a responsabilidade individual na construção da trajetória social de cada um.

No entanto, as relações sociais cotidianas mostram que os indivíduos agem por diferentes motivações, realizam trocas, contraem e desatam laços, constroem vínculos sociais, agem por interesse e desinteresse, possuem obrigações e liberdade, realizam escolhas e desenvolvem responsabilidades.

Nesse misto de comportamentos os indivíduos realizam suas interações sociais pautadas por sentimentos racionais e emocionais. Porém, na proposta do neoliberalismo, temos a ilusão de que o sentido de nossa ação está sempre voltado, primeiramente, para os interesses estritamente econômicos, garantindo a máxima satisfação individual.

As formas de interações assumidas pela sociedade moderna têm sido a preocupação de intelectuais do mundo do trabalho, reconhecendo que os indivíduos fazem a manutenção dos vínculos sociais a partir de variadas motivações, onde o agir econômico não se sustenta apenas sob-relações contratuais e nem em um único sentido da ação humana, redutível ao econômico.

Estudos realizados pela sociologia econômica, por exemplo, resgatam as significações da noção de economia como uma categoria universal, que faz parte da vida das pessoas, onde as crenças, os valores e os saberes lhes dão sua configuração, mediante a forma de produzir e reproduzir as condições de vida.

Na verdade essa noção de economia se aproxima do conceito da economia política marxista, que significa o estudo científico da produção, da troca e da distribuição da riqueza material. A economia seria a ciência dos sistemas econômicos, entendidos como sistemas de produção e de intercâmbio de meios para satisfazer necessidades materiais. Essa definição coloca o ser humano como fim do processo de circulação de coisas e pessoas, e o dinheiro como meio para tal intento.

A abordagem social da economia, presente no pensamento de Polanyi, associada às concepções da sociologia econômica e do trabalho, contribuíram para os alicerces dos princípios da Economia Solidária, dando suporte teórico e empírico à compreensão das significações das experiências sócio-econômicas dos grupos pertencentes à sociedade civil.

As experiências no campo da Economia Solidária mostraram que as interações humanas são mediadas por diferentes racionalidades e sociabilidades, permitindo-se pensar na possibilidade de estabelecer relações sociais com o mercado e o Estado sob outro registro do social.

No entanto, prevalece uma “economia de mercado” que se transforma, no breve século XX, em uma “sociedade de mercado”, onde tudo é dirigido pelo preço de mercado. Porém, no pensamento polanyiano o sistema econômico será dirigido por motivações não econômicas, porque o homem não age apenas a salvaguardar a posse de bens materiais, mas salvaguardar sua situação social, suas exigências sociais e seu patrimônio social.

Na proposta da Economia Solidária o sentido do trabalho fica circunscrito a outra racionalidade do agir econômico, desconstruindo as verdades aferidas pela ciência moderna nos conceitos que definem hoje as dimensões do ser humano e revelando a possibilidade de escolha nos processos de sociabilidades possíveis de realizar com o outro.

Há um resgate dos estudos da relação entre a economia e a sociedade, cujo sentido do trabalho traduz a crise da sociedade e a sociedade em crise, marcando a história social do trabalho e das políticas públicas no século XXI.

Referências

ANTUNES, Ricardo. *Adeus ao Trabalho: ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do Mundo do Trabalho*. Editora Paulinas, São Paulo, 1993.

ARRUDA, Marcos. *Tornar real o possível. A formação do ser humano integral: economia solidária, desenvolvimento e o futuro do trabalho*. Rio de Janeiro: Vozes, 2003.

BARBOSA, Rosangela Nair de Carvalho. *A Economia Solidária como Política Pública: Uma Tendência de Geração de Renda e Ressignificação do Trabalho no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2007.

CASTEL, Robert. *As metamorfoses da questão social. Uma crônica do Trabalho*. 4ª ed. Petrópolis: Vozes, 2003.

GIRARD NUNES, Christiane “*Os elos horizontais*” in revista: “Tiers Monde” revue de La Sorbonne. Paris, 2003.

LAVILLE, Jean-Louis & FRANÇA FILHO, Genauto Carvalho. *Economia Solidária uma abordagem internacional*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

MARX, Karl. *O Capital*. 9ª ed. São Paulo: Difel, V. I 1989.

DAVID, Harvey. *A condição pós-moderna*. Rio de Janeiro: Loyola, 1993.

POLANYI, Karl. *A grande Transformação. As origens da nossa época*. Rio de Janeiro: Campus, 1980.

ROSANVALLON, Pierre. *La Crise de L'Etat Providence*. Paris: Seuil, 1981.